

# Planalto reage e prepara novas medidas econômicas

*Pacote a ser anunciado na próxima semana inclui reorganização de bancos oficiais*

**B**RASÍLIA – Com a popularidade em baixa e acossado pela precipitação da campanha eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso prepara o anúncio de uma série de medidas de caráter essencialmente econômico, mas com objetivo político. Na semana que vem, a última antes da trégua esperada com o recesso parlamentar, apresentará projetos nas áreas de energia, finanças e tributos – incluindo a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Numa ação complementar, os aliados mais fiéis do governo, com destaque para o presidente do PFL, senador Jorge Borhausen (SC), promovem uma ofensiva para que o processo de definição dos candidatos presidenciais de 2002 não fuja de forma definitiva do controle de Fernando Henrique. Com toda essa movimentação, o Planalto pretende mostrar que, a despeito das dificuldades, não perdeu a capacidade de governar nem desistiu de manter a unidade da coalizão partidária que vem sustentando Fernando Henrique desde 1994.

“O governo está vivo, trabalhando muito e empenhado num programa fantástico para

sair da crise energética”, declarou o secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, insistindo que o governo está apenas “cumprindo o seu dever”.

Apontada nas pesquisas de opinião como o principal fator da crescente impopularidade do governo, a crise de energia receberá tratamento especial do Planalto, que optou por adiar o anúncio do plano de investimentos em usinas hidrelétricas, inicialmente marcado para ontem. A opção de Fernando Henrique foi por apresentar na semana que vem um programa mais abrangente e ambicioso que incluía também metas de aumento da oferta por meio da importação de energia e da construção de usinas termoeletricas.

Entre as medidas de impacto urdidas pelo governo figura a reestruturação dos bancos oficiais federais, numa iniciativa que atingirá até gigantes como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A disposição do presidente é, na medida do possível, entregar ao sucessor as instituições saneadas, evitando deixar “esqueletos” para a próxima administração e neutralizando críticas.

Ainda na próxima semana, o

presidente deve sancionar o projeto que cria regras de pagamento das perdas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) provocadas pelos Planos Verão e Collor 1. São cerca de R\$ 40 bilhões que devem ser pagos para 60 milhões de trabalhadores.

Em relação aos projetos que continuam encaalhados no Congresso, o Planalto resolveu adotar uma atitude pragmática. A crise na base de sustentação provocou uma inércia das atividades parlamentares, fazendo com que apenas 6 dos 45 projetos relacionados na agenda legislativa do governo para o biênio 2001-2002 tenham sido transformados em lei ao longo deste semestre.

**Esforço** – Dian-

**E**NERGIA  
TERÁ  
TRATAMENTO  
ESPECIAL

te dessa realidade, o governo decidiu enxugar sua lista de prioridades, concentrando esforços em matérias que precisam estar regulamentadas antes do início

da corrida eleitoral. Entre as preocupações do Planalto, a regulamentação do sistema financeiro.

No campo político, a queda na popularidade do governo levou o ministro da Saúde, José Serra, um dos pré-candidatos do PSDB à Presidência, a adotar uma atitude mais explícita. Serra já negocia com Bornhausen a realização de primárias para definir o candidato da aliança governista, para evitar que a oposição monopolize o debate eleitoral.